



“Confusion de Confusiones”

João Duque
jduque@iseg.ulisboa.pt

QUANDO FOR GRANDE

O cartoon representa um miúdo agarrado às calças do pai, a elogiar: “Pai, quando for grande, quero ser como tu: honesto, respeitador, cumpridor...” O pai, a transpirar em crescendo, envergonhado (ainda tinha vergonha), sentia que cada palavra era uma nova e fina facada a cortar-lhe a autoestima.

Quando foi feita a venda do Novo Banco, o negócio foi apresentado de modo técnico (pelo ministro das Finanças Mário Centeno) e político (pelo primeiro-ministro António Costa). No acordo previa-se a possibilidade de injeções financeiras até €3900 milhões, condicionadas às perdas na alienação da carteira de ativos tóxicos. Nessa data, garantia o primeiro-ministro, essa possibilidade era remota.

À medida que as vendas foram ocorrendo, as perdas foram-se manifestando. O povo, crescentemente privado de serviços públicos de qualidade, foi aumentando a crispação de cada vez que novo cheque se passava ao Fundo de Resolução para este o injetar no Novo Banco.

Devem ensinar nas (ainda) obrigatórias aulas de Cidadania a respeitar os compromissos assumidos e a arcar com as responsabilidades perante as más decisões tomadas ou as expectativas criadas

Recentemente, o ainda ministro das Finanças, garantindo que respeitava os compromissos assumidos na venda e inscritos no Orçamento de 2020, passou um cheque no valor de €850 milhões para aquele fim, o que gerou uma polémica com o primeiro-ministro, que, no Parlamento, introduziu uma cláusula condicional ao cumprimento do acordo: a famosa auditoria.

A auditoria já se fez. O CEO do Novo Banco já foi ao Parlamento explicar o assunto. Aparentemente, ninguém foi constituído arguido.

Estão a preparar um novo Orçamento. Nele deviam inscrever uma nova verba de €900 milhões para continuar a respeitar os compromissos assumidos. Porém, a esquerda parlamentar está a regatear o fim destes empréstimos (ou garantias) do Estado para aprovar o Orçamento. Contudo, se o Estado não respeitar os compromissos, isso pode ter sérias consequências internacionais, num momento em que precisamos de financiar o estrondoso défice.

Penso que devem ensinar nas (ainda) obrigatórias aulas de Cidadania a respeitar os compromissos assumidos e a arcar com as responsabilidades perante as más decisões tomadas ou as expectativas criadas. E, por isso, imaginar atirar para cima de terceiros (quem sabe se dos próprios concorrentes) a hipótese de financiar o Fundo de Resolução em lugar do Estado é inaceitável e cheira à famosa frase de José Sócrates: “As dívidas não são para pagar.” Nós, portugueses, não merecemos ser olhados desta forma.

Estado, quando for grande, quero ser como tu: cumpridor, respeitador., pagar as dívidas...